

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE – CFFC

REQUERIMENTO Nº DE 2013
(Do Sr. Carlos Magno)

Propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a convocação da Sra. Miriam Belchior - Ministra do Planejamento e o convite à Sra. Cassandra Maroni Nunes – Secretária do Patrimônio da União, o Sr. Antônio Roberto dos Santos Ferreira – Superintendente da Secretaria de Patrimônio da União no Estado de Rondônia e o Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para participarem de audiência pública, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a gestão dos imóveis da União que foram cedidos a técnicos do INCRA e outros órgãos há mais de 40 anos, no Estado de Rondônia.

Senhor Presidente,

Com fundamento nos termos que dispõe o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho que, ouvido o Plenário, esta Comissão convoque a Sra. Miriam Belchior – Ministra do Planejamento e o convite à Sra. Cassandra Maroni Nunes – Secretária do Patrimônio da União, o Sr. Antônio Roberto dos Santos Ferreira – Superintendente da Secretaria de Patrimônio da União no Estado de Rondônia e o Sr. Carlos Mário Guedes de Guedes – Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a fim de prestarem esclarecimentos sobre a gestão dos imóveis da União que foram cedidos a técnicos do INCRA e outros órgãos há mais de 40 anos, no Estado de Rondônia.

JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Patrimônio da União está atuando no Estado de Rondônia de modo incompatível com sua função, que é a de zelar pela função social dos imóveis, quando ajuíza ações aos moradores dos imóveis que foram cedidos há mais de 40 anos, com pedido de desocupação, cobra alugueis incompatíveis com a realidade local e pratica venda com valor de mercado para casas de alvenaria, em imóveis que são de madeira e estão em péssimas condições de moradia.

Os imóveis estão localizados na capital, Porto Velho e no interior do Estado. Embora tenha tentado no início do ano prevenir ações que deixassem moradores em desespero, pois, estive em reunião com a então Secretária de Patrimônio da União, Paula Lara solicitando análise da situação e até o presente momento só tive conhecimento de ações contrárias às famílias que contribuíram inestimavelmente com o crescimento do Estado.

Considerando que compete a esta Comissão fiscalizar, entre outras, a gestão operacional e a eficiência dos órgãos da Administração Pública (art. 70 da CF), submeto aos ilustres pares para a urgência da aprovação deste requerimento, tendo em vista a relevância do fato enunciado no presente requerimento.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2013.

Deputado **CARLOS MAGNO**
PP/RO